

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008191-12.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Marlene Mendes Tomazini**
 Requerido: **Aliança do Brasil - Cia. de Seguros Aliança do Brasil**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Marlene Mendes Tomazini propôs a presente ação contra a ré Companhia de Seguros Aliança do Brasil, requerendo: a) a condenação da ré no pagamento do valor da proposta nº 226360576, no valor de R\$ 300.000,00 e proposta nº 209649032, no valor de R\$ 294.127,58, decorrentes de contratos de seguro de vida; b) a condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais em quantia equivalente a duas vezes o valor segurado; c) a condenação da ré no pagamento de indenização por danos materiais pela necessidade de contratação de advogado.

Emenda à inicial às 20.

A ré, em contestação de folhas 29/41, requereu a improcedência da ação, alegando, em síntese, que: a) o segurado contratou os seguros de vida ciente de que sofria de grave moléstia – hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e teve infarto do miocárdio prévio em 2011; b) conforme disposto na cláusula 4.1, letra "c", das condições gerais do contrato de seguro, são excluídas da cobertura doenças preexistentes que deixaram de ser declaradas pelo segurado; c) não houve ação ou omissão de sua parte capaz de causar danos à autora, tampouco de ordem moral; d) não há prova suficiente nos autos que permita estabelecer um nexo causal entre a conduta da ré e o possível abalo moral sofrido por parte da autora; e) a negativa no pagamento do valor do seguro poderia causar no máximo um aborrecimento ou dissabor; f) na eventualidade de condenação por dano moral o valor a ser pago deverá limitar-se ao valor contratado nas duas propostas descritas acima; g) no caso de condenação ao pagamento do capital segurado, o primeiro

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

beneficiário deverá ser o Banco do Brasil S/A, eis que o segurado possuía empréstimos, até o limite do saldo devedor e, somente havendo saldo remanescente deverá ser pago à autora (2ª beneficiária). Por fim, requereu: a) a expedição de ofício à Santa Casa de Misericórdia de São Carlos; b) a produção de prova pericial médica indireta; c) apresentação por parte do Banco do Brasil S/A, de extrato com a progressão do saldo devedor do segurado junto à instituição financeira.

Réplica de folhas 89/93.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, porque impertinente a dilação probatória, tratando-se de matéria de direito.

Sustenta a autora que: a) seu filho José Roberto Tomazini celebrou dois contratos de seguro com a ré: a primeira apólice, de número 226320576, foi celebrada em 07/08/2013 com vigência até 06/09/2021, com parcelas mensais de 358,44; a segunda apólice, de número 13958750, foi celebrada em 19/05/2015 com vigência até 05/05/2023, com parcelas mensais de R\$ 367,72; b) o segurado faleceu em 19/07/2015 e deixou como única beneficiária da indenização; c) a ré se negou ao pagamento das indenizações sob a alegação de "declinação de risco".

A proposta de seguro nº 13958750 foi colacionada pela ré às folhas 50/53 e a proposta nº 24354220 às folhas 54/57.

A contestação de folhas 29/41 foi apresentada intempestivamente, conforme certidão de folhas 88. Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Todavia, reputam-se verdadeiros somente os fatos alegados pelo autor, de forma que a matéria jurídica naturalmente está fora do alcance desse efeito da revelia (NEVES, Daniel Amorim Assumpção, *in* Novo Código de Processo Civil Comentado artigo por artigo, Editora Juspodivm, 2016, p. 604).

A autora não colacionou aos autos as apólices de seguro, as quais foram trazidas pela ré em contestação (**confira folhas 50/85**).

O proponente José Roberto Tomazini, ao contratar o seguro prestamista em 07/08/2013, através da proposta nº 13958750, declarou gozar de boa saúde, não portar doença que necessite acompanhamento médico ou uso contínuo de medicamento e que não era portador de invalidez permanente total (**confira folhas 50**). Também ao contratar o seguro prestamista em 19/05/2015, através da proposta nº 24354220, declarou gozar de boa saúde, não portar doença que necessite acompanhamento médico ou uso contínuo de medicamento e não ser portador de invalidez permanente total (**confira folhas 54**).

Todavia, ante a revelia, a ré deixou de comprovar que, no ato da contratação dos seguros prestamistas, o proponente estava ciente de que não gozava de boa saúde ou que necessitasse de acompanhamento médico ou uso contínuo de medicamento.

Entretanto, a cláusula 31 das condições gerais, prevê como primeiro beneficiário o estipulante do Seguro (**confira folhas 84**). Nas propostas de seguro constam como estipulante o Banco do Brasil SA (**confira folhas 54**).

Assim, de rigor a procedência do pedido de condenação da ré no pagamento das indenizações contratadas pelo proponente José Roberto Tomazini, através da proposta nº 13958750, no valor de R\$ 294.127,58 e da proposta nº 24354220, no valor de R\$ 300.000,00 em favor da autora, única herdeira do *de cujus* conforme certidão de óbito de folhas 22, descontado o valor relativo à quitação dos contratos de empréstimo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por outro lado, não procede o pedido de condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais.

A autora não demonstrou que a conduta da ré tenha ensejado ofensa intensa suficiente a causar-lhe abalo psicológico apto a ensejar a pretendida reparação por danos morais, não tendo ultrapassado a esfera do mero aborrecimento.

Nesse sentido:

APELAÇÃO – AÇÃO DE COBRANÇA C/C DANOS MORAIS – SEGURO DE VIDA – NEGATIVA DE INDENIZAÇÃO – ILEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM" – Não verificada – Transferência da carteira de seguros que abrangia a apólice do marido da autora à outra seguradora – Irrelevância – Cessão da carteira que não foi informada ao segurado e, por isso, não contou com sua anuência – Responsabilidade da requerida pelo pagamento da indenização securitário, nos termos contratados entre as partes – DANOS MORAIS – Não configuração – Ausência de demonstração de que a conduta da ré tenha ensejado ofensa intensa e duradoura ao comportamento psicológico da demandante ou a direitos personalíssimos – Não comprovada situação de sofrimento ou humilhação, justificadora da compensação – Tendo em vista que cada litigante foi, em parte, vencedor e vencido, impõe-se a sucumbência recíproca, nos termos do art. 86, CPC – Recurso parcialmente provido (Apelação 1002197-20.2013.8.26.0271 Relator(a): Hugo Crepaldi; Comarca: Itapevi; Órgão julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 22/09/2016; Data de registro: 22/09/2016).

c) também não procede o pedido de condenação da ré no pagamento de indenização por danos materiais pela contratação de advogado, porque não instruiu a inicial, sequer, com o contrato de prestação de serviços.

Diante do exposto, acolho, na parte mínima, o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar as indenizações contratadas pelo proponente José Roberto Tomazini, através da proposta nº 13958750, no valor de R\$ 294.127,58 e da proposta nº 24354220, no valor de R\$ 300.000,00 em favor da autora, descontado o valor relativo à quitação dos contratos de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

empréstimo. Sucumbente na maior parte, condeno a autora no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado, observando-se os benefícios da justiça gratuita. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 20 de outubro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**